

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
PAREDES DE COURA**



**ATA N.º 04/2019  
(Mandato 2017/21)**

**DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2019**

**CONTÉM 28 PÁGINAS**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 04/2019 (MANDATO DE 2017/2021) DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO, INICIADA ÀS 21H00 E CONCLUÍDA ÀS 00H50.

Sumário

Páginas

<b>ABERTURA .....</b>	<b>3</b>
<b>PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.....</b>	<b>4</b>
LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA.....	4
APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES .....	4
INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS.....	5
= ORDEM DO DIA =.....	11
INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO.....	11
LANÇAMENTO DE DERRAMA .....	11
PARTICIPAÇÃO NO IRS .....	15
FIXAÇÃO DAS TAXAS DE IMPOSTO SOBRE IMÓVEIS (IMI).....	16
FIXAÇÃO DE TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM .....	17
INTERESSE MUNICIPAL DO PROJETO DE PERCURSO 3 ALDEIAS – CAMINHO DA MEMÓRIA.....	17
RECUSA DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS JUNTAS/UNIÕES DE FREGUESIAS PARA 2019 E 2020 .....	20
RECUSA DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2020 .....	21
RECUSA DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO, NO DOMÍNIO DA SAÚDE .	22
2º REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, DA DESPESA E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2019 .....	25
ALTERAÇÃO AO PDM .....	25
ATUALIZAÇÃO/ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2019 .....	27
LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS .....	28
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO .....	28
ENCERRAMENTO .....	28



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

### ABERTURA

----- No dia vinte e sete do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, na sede da Junta da Freguesia de Agualonga, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado por Luísa Maria Gomes de Castro e Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 02 de dezembro, convocada pelo edital do dia três de setembro do ano de dois mil e dezanove. -----

----- Registou-se a falta dos seguintes membros: Palmira Ribeiro da Costa (PS); Perfeita Barreiro Araújo Esteves (PS); Elisabete Dantas Afonso Rodrigues (PS), Rosalina Maria Barbosa Martins (PS); Ricardo Carlos de Sousa Marinho (PPD/PSD); Sónia Guida da Silva Araújo (PPD/PSD). ----- que nos termos legais, procederam à respetiva justificação. -----

----- Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto Brito Pacheco (PS); Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Manuel Pinheiro Monteiro (PS); João Manuel da Cunha (PPD/PSD); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS); Iolanda Maria Cerqueira Pereira (PS); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); José Augusto Amorim Oliveira (PS); Palmira Ribeiro da Costa (PS); Celina Araújo de Sousa (PCP/PEV); Tiago Filipe Soares Castro de Sousa (PS); Jorge Santos da Rocha (PS), presidente da junta da freguesia de Agualonga; Celestino Rodrigues (PS), presidente da junta da freguesia de castanheira; Luís Miguel Barbosa Montenegro (PS), presidente da junta da freguesia de Coura; Manuel Lopes Fernandes (PS), presidente da junta da freguesia de Cunha; Bruno Miguel Amorim Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Infesta; Armando Alves Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Mozelos; Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da junta da freguesia de Padornelo; José Alberto Rosas Mota (PS), presidente da junta da freguesia de Parada; António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães; David Jorge Pires Saraiva (Independente) presidente da junta da freguesia de Rubiães; Sérgio Miguel Barbosa da Costa (PPD/PSD), presidente da junta da freguesia de Vascões; Armando Ferreira Feijó (PS), presidente da união das freguesias de Bico e Cristelo; Laurentino Manuel Pereira Alves (Independente), presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares; António Soares Gonçalves Pereira (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira; Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras; Cláudia Isabel de Moraes Pires de Lima (PS), presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende. -----

----- Do presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Maria José Brito Lopes Moreira (PS); Vítor Manuel Rosas da Silva (PS) e Sérgio de Sousa Caselhos (PS). -----

---

MANDATO DE 2017 A 2021

---



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Palmira Ribeiro da Costa (PS) foi substituída por Manuel Miranda. -----

Elisabete Dantas Afonso Rodrigues (PS) foi substituída por Marta Dantas. -----

Sónia Guida da Silva Araújo (PPD/PSD) foi substituída por José Augusto Vina de Sousa. -----

### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Verificando haver *quorum*, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, agradecendo ao anfitrião a disponibilidade em receber a sessão da Assembleia Municipal. -----

**Presidente da Junta da freguesia de Agualonga:** disse ter sido com muito gosto que recebeu a sessão da Assembleia Municipal descentralizada, que se realiza pela primeira vez, em Agualonga. -----  
Agradeceu a presença de todos e terminou pedindo ao presidente da Câmara que não se esquecesse da freguesia de Agualonga. -----

**Presidente da Assembleia:** participou à Assembleia que “no âmbito das recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção, o Presidente da Câmara deu conhecimento de que passou a desempenhar as funções de vogal não executivo do conselho de administração das Águas do Alto Minho, SA, e que estas não colidem com as funções exercidas de presidente da Câmara, não existindo conflitos de interesses e que estas não são remuneradas. -----

### LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA

**Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação da ata da sessão ordinária realizada no dia 29 de abril de 2019.** -----

**A proposta de ata da sessão anterior, oportunamente distribuída e dispensada de leitura, depois de submetida à votação foi aprovada, por maioria, com 19 votos do PS; 2 independentes 1 do PCP, 1 do PSD e 1 abstenção do PSD.** -----

Não participaram na votação os membros que não estiveram presentes na reunião a que a ata respeita: Iolanda Maria Cerqueira Pereira (PS); Tiago Filipe Soares Castro de Sousa (PS); António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães; António Soares Gonçalves Pereira (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira. -----

**Deu conhecimento da correspondência recebida.** -----

### APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES

**Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções.** -----

O Presidente da Assembleia verificou não haver participações em comissões, no âmbito dos representantes da Assembleia Municipal. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pelo grupo municipal do Partido Socialista, foi apresentado um voto de reconhecimento do trabalho, esforço e dedicação dos intervenientes dos eventos realizados no concelho – Festa da Truta; Feira Mostra; Festas do Concelho e Festival de Paredes de Coura, pelos contributos que deram para a promoção do concelho, que se anexa a esta ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

**João Cunha (PSD):** relativamente aos eventos enumeradas na proposta de voto de reconhecimento do Partido Socialista, disse ter tido, por parte de alguns courenses e visitantes, designadamente à Feira Mostra e outros eventos, queixas da qualidade dos produtos e dos preços aí praticados. Não foi a primeira vez que aconteceu e entende que isso deve ser tido em conta. -----

Relativamente aos colaboradores e às pessoas que fazem parte destas iniciativas, merecem todo o respeito, já que a grande maioria nada auferiu relativamente ao esforço despendido, mas que deve haver mais transparência relativamente aos custos, ao financiamento e aos apoios dados. -----

Salientou que uma feira mostra é um evento que, além de proporcionar uma melhor visibilidade, também deve servir de âncora ao desenvolvimento do concelho, não só quanto à qualidade dos produtos, mas também como cartão de visita para aqueles que o visitam. -----

**Manuel Monteiro (PS):** o que está em causa é o reconhecimento do trabalho, quer das estruturas organizativas, quer dos colaboradores do município, independentemente dos juízos de valor que são apresentados sobre os conteúdos ou produtos apresentados em si. Portanto, é um voto de reconhecimento pelo conteúdo que apresenta e é o que está em causa neste momento. -----

**Submetido à votação, o voto de reconhecimento foi aprovado, por maioria, com uma abstenção do PSD.** -----

## INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS

**Ponto n.º 3 – Interpelações ao Presidente da Câmara Municipal.** -----

**José Augusto Viana (PSD):** disse que se cumpre a realização da descentralização das sessões da Assembleia Municipal nas freguesias, mas há outra ação defendida pelo PSD e que continua a defender, ou seja, a realização das reuniões da Câmara nas freguesias, como forma de mostrar às pessoas como se reúne e delibera. -----

De seguida e fazendo referência ao “Festival de Paredes de Coura”, que se realiza sucessivamente com êxito há vinte e sete anos e que os órgãos do município têm, sucessivamente, apoiado e incentivado a manter-se, verifica que a dimensão a que chegou nos últimos anos coloca-o num domínio e numa dimensão sem paralelo na história do concelho, além da forma como leva o nome de Paredes de Coura ao país e ao estrangeiro. -----

E, neste sentido, propôs que o regulamento das medalhas fosse revisto para definir uma medalha de mérito especial para atribuição à Ritmos, organizadora do evento, numa sessão extraordinária e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

exclusiva da Assembleia Municipal, que na sua opinião já merece há muito tempo, ou seja, o reconhecimento explícito e claro de toda a população courense. -----

**Manuel Monteiro (PS):** disse que a primeira coisa a fazer seria alterar o regulamento e depois comunicar à comissão de atribuição de medalhas, que tem a missão específica de validar a proposta, independentemente de estarem de acordo com o conteúdo e a substância da proposta em si, de atribuição à Ritmos de uma medalha específica ou especial, para não passar por cima do regulamento ao qual estão todos vinculados.-----

**Presidente da Câmara:** disse concordar com qualquer proposta que possa aproximar os cidadãos. Pode parecer política e um argumento para, de certo modo, enquadrar e contextualizar a proposta do PSD, que pelo menos, pela primeira vez, a apresentou em público. -----

Já tinham discutido a hipótese de, no próximo ano, atribuir uma medalha, não só à RITMOS mas, na sequência de uma proposta apresentada, medalhar todos os ex-presidentes da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários que não tiveram esse reconhecimento.-----

Para o efeito, há um regulamento que tem de ser cumprido e, para cumprir um desejo, que é de facto partilhado por todos, não faz sentido convocar uma assembleia extraordinária e específica para medalhar uma empresa, já que é mais um custo para o município. -----

Neste sentido, incentivou os grupos municipais - ou poderá ser a Câmara a fazê-lo- a avançar com a eventual proposta de mudança. Nestas situações e até noutras exceções, pretende-se, muitas vezes, agradecer ou reconhecer o mérito e o regulamento é tão estrito que não permite fazê-lo. -----

Salientou que a atribuição de medalhas não deve ser banalizada para não cair em situações de exagero como acontece em alguns municípios que atribuem, numa cerimónia, cerca de cem medalhas. Devem de ter esse cuidado, mas, obviamente, que o reconhecimento do trabalho é meritório e estarão cá para, em conjunto, premiar quem merece. -----

**José Augusto Sousa (PSD):** disse que a proposta nada tem de político nem está a contar ter benefícios políticos ao propô-la. -----

Independentemente da forma que vier a ser encontrada para, de uma forma mais especial, mais eloquente e sem prejuízo de tudo o que os ex-presidentes dos Bombeiros merecem, e todos eles que já foram agraciados no âmbito do regulamento, sem desprestígio dos comandantes vivos dos Bombeiros que merecem, com certeza, por aquilo que dedicaram, até os comandantes do próprio corpo ativo poderão vir a ser. -----

Mas, aquilo que queria e que acha que a Ritmos merece é que se encontre uma forma de diferenciar positivamente esta medalha, ou um agraciamento especial, que venha a ser decidido. Obviamente, como anda cá há muitos anos, conhece o regulamento de medalhas. Sabe que é restritivo e que tem de ser adaptado. Percebe que não tenha de ser feito de imediato, mas entende que o impacto que o festival está a ter para Paredes de Coura é inigualável a tudo o que foi feito até ao momento, portanto



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a Ritmos deve merecer uma distinção especial e que, até no dia do concelho, englobado noutras situações, pode não ter o destaque devido. A Assembleia poderia reunir informalmente, de modo a não haver custos para o município, e todos estariam presentes por reconhecerem o trabalho que tem vindo a ser feito. Merece um carinho especial e diferenciador. -----  
Neste sentido, disse que a presente proposta poderia ser considerada uma recomendação.-----

**Presidente da Assembleia:** por questão de formalidade, informou que a proposta ficava como recomendação.-----

**José Augusto Sousa (PSD):** referiu que há dias, em conversa com o senhor Presidente e Vereação, foi desafiado a apresentar aquilo que considerava estar mal. Respondeu que quando achasse que devia falar, falava. Reconhece que é mais fácil fazer mais e melhor no Governo do que na Câmara Municipal de Paredes de Coura, no entanto, entende que, se o PSD estivesse na ação executiva em Paredes de Coura, haveria mais investimento direto nas freguesias. -----  
Entende que, também no município, há cativações quando se inscrevem as verbas. Inscrevem as obras, que vão passando de um ano para outro e, com sorte, no final do mandato, são feitas como se pode verificar na Conta de Gerência o que, efetivamente, está feito. -----  
Com o PSD não se teria gasto, indevidamente, dinheiro numa rede de saneamento que, passados oito anos, as estações de tratamento e as suas ligações ainda estão por construir. -----  
Com o PSD seria assegurado, com a empresa responsável, um maior ritmo de recolha de lixo, para não se ver, como se vê, muitas vezes, os contentores sobrecarregados com lixo. -----  
Se o PSD estivesse na ação executiva, os edifícios públicos da responsabilidade da Câmara estariam muito mais limpos.-----  
Tal como tem vindo a propor, há vários anos, os courenses pagariam menos impostos. -----  
“Estamos sobrecarregados, com a maior carga fiscal de sempre da democracia portuguesa, neste Governo, da qual o PSD tem defendido a redução”. No município de Paredes de Coura, também o PSD proporia a redução, como irá propor. -----  
Também promoveria um maior apoio à iniciativa privada. Também defenderia maior integração entre a Escola Profissional e as redes empresariais. -----  
Também, agora que começa a haver uma rede de percursos pedestres, aproveitaria o percurso do rio Coura. -----  
É possível, mesmo que difícil, fazer mais e melhor e é por isso que entende que faz falta o voto no PSD. -----

**Manuel Monteiro (PS):** disse que, de facto, começa por manifestar algum espanto – “o que nós estamos a perder”. De facto, o senhor presidente, sobre as cativações é capaz de dizer algumas coisas, mas, sobre as obras que transitam de uns anos para os outros, tem a ideia que não. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Agora, quanto à rede de saneamento, o concelho de Paredes de Coura pode-se orgulhar da rede que tem. Como, neste momento, tem residência num concelho ao lado, verifica que nem sequer está prevista para a sua freguesia, quando todas as freguesias do concelho de Paredes de Coura a têm. A rede capilar não chega a todas as casas, mas é grande, é boa, uma rede de que se podem orgulhar. Provavelmente, há algumas deficiências de funcionamento, há que melhorar, provavelmente há. Há que estender, provavelmente há, mas o essencial está feito. Está feito a cem por cento, no concelho, cem por cento de cobertura do que foi possível fazer naquele momento. -----

A recolha de lixo tem sido um tema recorrente e o senhor presidente já deu algumas justificações na última assembleia. -----

Agora, relativamente a outros assuntos, o que não podem deixar passar em claro é a questão do apoio às empresas. -----

Ora, são questões de opção política que, infelizmente, não podem executar porque o PSD não é Governo no concelho, mas o eleitor é soberano e, provavelmente, percebeu que não era por aí que queria ir. -----

Outra coisa que não podem deixar passar em claro é a questão da EPRAMI, da ligação às empresas. Sabem e ficou claro numa das Assembleias, pelo senhor diretor da EPRAMI, que fez questão de intervir, que é notável a relação desta escola com as empresas, com estágios profissionais, com ligação e com o *know how* a transmitir às empresas. Há que reconhecer o que está a ser feito e o que está a ser feito é muito, é muito e é notável. É isto que tem para dizer ao PSD. -----

**Presidente da Câmara:** disse que isto parece o mundo ao contrário. O membro José Augusto Sousa utiliza o *slogan* do PS que é “mais e melhor” e agora quer fazer de Rui Rio que é “poupadinho, poupadinho, mesmo quando não investe”. -----

O PSD tem sempre esta ambivalência e esta confusão ideológica: quando está no poder é austero, quando está na oposição acusa o PS de cativações. -----

Para se ser de esquerda é preciso ter dinheiro e para ter dinheiro é preciso fazer opções. É evidente que quando fala nos investimentos nas freguesias é sempre o discurso de coitadinho, temos uma Câmara muito cosmopolita, virada para o desenvolvimento, para as novas tecnologias, para a indústria e depois parece que esquecem as aldeias. E não é nada disso. A não ser que as pessoas estejam enganadas, obviamente. -----

Quanto às obras que transitam de uns anos para outros, há obras que os presidentes das juntas nos pedem e nós dizemos que não temos dinheiro para fazê-las. Obviamente que estamos preocupados que as pessoas tenham condições de conforto, de segurança e de acessibilidade às suas respetivas casas, mas pergunto e peço que façam o esforço desta analogia. Preferíamos ter um buraco perto de casa ou ter emprego e termos os nossos jovens perto de casa que podem ajudar os mais idosos, questionou. E vou completar com a frase de um colega meu presidente de câmara, que disse “agora não vou deixar o dinheiro para os outros, vou contrair um empréstimo e gastar o dinheiro no alcatrão”.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acrescentou que, quando não se governa de forma ousada, criativa, quando não se criam postos de trabalho, quando o descontentamento começa a aumentar, a perder a popularidade, saneia-se esse descontentamento com alcatrão, ou seja, nós temos de dosear o alcatrão e também vamos fazer muitas obras de alcatrão, as que consideramos essenciais. Não vai haver nenhum melodrama no investimento das aldeias e podem continuar a dizer que é uma opinião que vocês têm que eu até admito que não seja demagógica, ou seja, que vocês sintam mesmo isso. Agora, não lancem o papão que nós não fazemos nada nas aldeias e que as aldeias estão abandonadas porque não é verdade. Fazemos investimentos de acordo com as nossas capacidades. -----

Em relação ao saneamento, é evidente que Paredes de Coura tem uma taxa de cobertura enorme, mas há outras obras que ficaram por fazer porque há obras em que as pessoas têm dúvidas, têm receio, que é o caso, por exemplo, da ETAR de Rubiães e Cossourado e foram o presidente e vice-presidente da junta da freguesia que nos ajudaram a ultrapassar alguns problemas. -----

E as obras, se não estão a concurso, não devem demorar muito tempo. É evidente que há muitas obras que gostaríamos de fazer mais cedo, mas, muitas vezes, é preciso criar condições de implementação no terreno, além das condições financeiras. -----

Quanto aos edifícios públicos, dou-vos exemplo mais concreto para quem diz que nós não fazemos nada com a iniciativa privada. Não adianta perder tempo com publicidade. Assinámos há mês e meio um contrato com uma multinacional espanhola que já comprou cinco hectares de terreno, aliás, uma máquina já está a desbravar terreno para implementar a indústria, com 5 hectares, com um produto completamente novo. Trata-se de um investimento de 40 milhões de euros. Estamos a trabalhar com a indústria. Estamos a trabalhar para fixar pessoas. E o facto de, muitas vezes, não se comunicar, não quer dizer que não se esteja a fazer trabalho junto da iniciativa privada. Ainda hoje estivemos reunidos com uma instituição financeira que quer deter uma parceria com Paredes de Coura para criar uma *start-up* e começar a desenvolver negócios do âmbito tecnológico. Brevemente apresentaremos esse projeto. -----

Relativamente à EPRAMI, é verdade, o PSD preocupa-se com a EPRAMI, ainda há pouco tempo fizeram uma visita e ainda bem, porque devem estar sempre a lembrar, que podemos sempre fazer mais. -----

Nesta altura, estamos a desenvolver um projeto de robótica com uma marca dinamarquesa, comprada por uma multinacional americana, chamada Universal Robots, no sentido de criar uma maior proximidade entre o mundo da robótica e as fábricas. É uma robótica diferente, não serve unicamente para substituir mão de obra por máquinas. São robôs chamados colaborativos, robôs que trabalham ao lado dos operários. -----

Estiveram representantes da MGI Coutier, atual Akwel Paredes de Coura, da DOURECA, e de quase todas as empresas do nosso concelho. -----

Mais, o percurso junto ao rio vai acontecer agora, no âmbito do PRODER, de S. Martinho até Rubiães. Estamos a terminar o percurso que liga o Taboão até à ponte da Peideira e que, a seguir, será prolongado. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Há também um percurso associado à Paisagem Protegida do Corno de Bico.-----

Há ainda um percurso que consta da atual ordem de trabalhos e tem a ver com os percursos da memória, nos lugares de Reirigo e Vilarinho. -----

É evidente que, para quem diz que a Câmara está sempre a comunicar, há ainda muitas coisas novas que não são comunicadas. Trabalha-se tanto que nem há tempo para preparar as comunicações. Isto são sempre opções. Agora, não nos podem acusar de não ter estratégia. Admito que não somos super-heróis ou arrogantes ao ponto de dizer que vocês não conseguiam fazer melhor, mas, perante isto, teriam uma tarefa muito exigente. E da visão negativa que vocês têm da nossa ação governativa, nós sentimos na população que ainda não perdemos o pé. -----

É evidente que a governação não é um campeonato de popularidade e estamos abertos a novo julgamento da população de Paredes de Coura, que acontecerá daqui a cerca de dois anos, por isso, há ainda muito tempo para arranjar caminhos e tornar a vida das pessoas mais confortável. E também é verdade que a vida das freguesias já não é somente o paradigma dos caminhos, aliás, ainda me lembro de o Dr. José Augusto Sousa afirmar, em algumas circunstâncias, não em relação ao nosso executivo, mas ao executivo anterior, que era necessário mudar o paradigma dos caminhos, que tínhamos de ser mais criativos e investir na indústria, na educação, na cultura. É isso que estamos a fazer.

**José Augusto Sousa (PSD):** disse que o meu objetivo na intenção declarada era de que havia alternativa. Que há uma opção diferente, que se pode fazer e assumi aqui, e até pensei que o senhor presidente ia dizer que em Coura era mais difícil fazer melhor do que no Governo. -----

A rede de saneamento está feita e o que custa é ela estar há oito anos sem ser ligada. O senhor presidente votou na Câmara a rede, investiu-se o dinheiro e está parado. O que eu disse foi ligação efetiva do saneamento. O saneamento, em duas freguesias, não está ligado há oito anos.-----

Quanto ao investimento, falo no investimento direto, porque já sabemos que o investimento na educação e na cultura reparte-se por todos. Ora, o investimento direto nas freguesias, como já provei noutra altura, e é fácil provar, em comparação com outras alturas, numa Câmara que também era do Partido Socialista, é menos do que era e, não é porque haja menos dinheiro, porque não há menos dinheiro. Veja todas as transferências que tem e compare com as de há quinze anos.-----

Em relação à situação financeira do Município deve-se ao anterior senhor Presidente da Câmara em ter ouvido, muito bem, os vereadores da oposição, e em particular o vereador José Augusto Sousa, que incentivou, de forma clara, a Câmara, na altura, a aderir ao PAEL. Porque se a Câmara não tivesse aderido, o senhor tinha andado, no mandato à frente, a tinir. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### = ORDEM DO DIA =

#### INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO

**PONTO N.º 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), nº 2, art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.**-----

**Presidente da Câmara:** a situação financeira é responsável. Trata-se de uma gestão rigorosa que não fragiliza o lado da receita, que permite fôlego financeiro para poder investir em projetos que se tornam essenciais e determinantes no movimento económico de Paredes de Coura e no futuro dos nossos filhos, ou seja, sem esta gestão rigorosa, não existiria capacidade para comparticipar a ligação de Formariz à A3 e não haveria este investimento acabado de assinar com essa empresa. ----  
É evidente que enveredar por um caminho de fragilização constante da receita, com a promessa constante de prometer tudo a todos, ao mesmo tempo, dá maus resultados. -----

#### LANÇAMENTO DE DERRAMA

**Ponto nº 02 – Apreciação, discussão e votação de proposta da Câmara Municipal para lançamento de derrama, para o ano de 2020, nos termos do artigo 18º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.**-----

Proposta de lançamento de derrama de 1,00% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) para vigorar no ano de 2020 e sejam isentos de derrama os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000,00 euros, para vigorar também no ano de 2020, nos termos do art.º 14.º, da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro. -----

**Presidente da Câmara:** em relação à derrama e aos restantes impostos não há alteração relativamente à proposta do ano anterior. -----

É preciso prudência e achamos que não devemos aumentar os impostos de forma continuada até porque, cada vez mais, a avaliação dos imóveis é muito próxima da realidade e, portanto, achamos sensato mantê-los. -----

Se não mexemos nos impostos e conseguimos criar riqueza, acho que estamos no bom caminho. -----

A mesa da Assembleia sugeriu, a exemplo de anos anteriores, que se discutissem os próximos 4 pontos em conjunto. -----

**José Augusto Sousa (PSD):** O PSD também não mudou de opinião de um ano para outro sobre esta matéria. Já há pouco falei num dos aspetos que faríamos diferente e penso que, também nesta matéria, nos acusam de eleitoralismo, porque há mais de 20 anos que ando a defender isto.-----  
Portanto, só se entenderem que há eleitoralismo de 20 e tal anos, mas que é especialmente agravado, por de facto nós, e repito, termos a maior carga fiscal de sempre. E a maior carga fiscal de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sempre que não resulta do combate à evasão fiscal, mas sim de uma maior receita fiscal diretamente cobrada.-----

Portanto, sobre aquilo de que nos acusava, ao PSD, da enorme carga fiscal, da austeridade e dessas coisas todas, o partido Socialista ainda consegue cobrar mais impostos.-----

Nestes termos, aquilo que o PSD propõe, naturalmente, é votar contra as propostas por entender que a derrama devia de ser nula, não 1%, mas nula, como previsto na legislação.-----

Quanto à proposta de variação do IRS, por pressão PSD, já se conseguiu a redução de cinco para três por cento, em momento pré-autárquico, ainda do anterior presidente de Câmara e deveria ser reduzido para zero, ou seja, os courenses deveriam pagar menos 3% de imposto de IRS. É isso que o PSD propõe.-----

Em relação ao Imposto Municipal sobre Imóveis, o PSD entende que se deve aplicar a taxa mínima. Fala-se na baixa natalidade e quando há instrumentos na lei que permitem diferenciar uma política de maior apoio, não se usam. A lei permite aplicar uma fórmula para além de 0,3% que é o mínimo e não 0,33%, embora esta esteja próxima do mínimo. A lei permite ainda que, a quem tem um filho possa reduzir 20 euros, 2 filhos 40 euros e quem tem pelo menos 3 filhos reduzir 70 euros ao imposto pago.

Há pouco, o senhor presidente falava no paradoxo de eu usar um slogan do PS que eu acho negativo, fazer “mais e melhor”, mas, para quem faz pouco é fácil fazer mais e melhor, até os meus podem fazer mais e melhor. Mas usando outro paradoxo, alguém que é de esquerda não acha que uma redução destas beneficia mais as classes com menos rendimentos do que as com mais rendimentos.-----

Não é mais importante uma redução de 70 euros a quem tem menos rendimentos do que a quem tem mais rendimentos? Os cinco membros da Câmara não se lembraram disto, ou então não aprovaram, mas, caso o PSD estivesse lá, apresentaria essa proposta. Eu sei que a culpa é nossa, é verdade que uma Câmara socialista que se diz de esquerda, que se diz atenta às dificuldades dos mais desfavorecidos, deveria ter aplicado esta medida e como não foi aplicada, voto contra ou proponho que isto seja retirado, reapreciado na Câmara e que volte com esta medida implementada. É a minha proposta, que serve de declaração de voto.-----

Neste contexto, o PSD propôs a retirada do ponto relativo ao IMI da ordem de trabalhos e que viesse novamente com as sugestões que enumerou de redução de IMI para os agregados familiares mais carenciados com vários filhos.-----

**Presidente da Assembleia:** disse não ser competência da Assembleia alterar propostas vindas da Câmara, previstas no regimento, e entende que a retirada do ponto sobre o PDM, se não tem conteúdo, cai por si mesma. Que a introdução ou retirada de pontos deve ser proposta no início da sessão e não do decurso da discussão da mesma. Que no início da sessão, a Mesa deveria ter



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conhecimento desta proposta para a apreciar, discutir e submete-la a votação, caso fosse esse o entendimento.-----

Na sequência de altercação e ruído na sala, o Presidente da Assembleia fez referência ao artigo 17º do Regimento da AM, “Deveres dos membros da AM”, “que consistem em respeitar a dignidade da Assembleia Municipal e dos seus membros, acatar a ordem e a disciplina fixadas no regimento, bem como respeitar a autoridade de que está investido o Presidente da mesa”. Nestes termos, a mesa entende que o membro excedeu as suas competências e pede-lhe mais recato para participação nestas sessões, o que deve ficar registado em ata, tendo suspenso os trabalhos por dez minutos. ----

**Manuel Monteiro (PS):** relativamente à discussão dos pontos 2, 3 e 4, referiu que o grupo municipal do Partido Socialista tinha alguma saudade destas discussões e até saudade da presença do Dr. José Augusto Sousa, dado trazer sempre para estas discussões velhos argumentos. -----

Ao menos, dá-nos a legitimidade, não a verdade, a cada um a sua verdade, porque nós temos, provavelmente, a ilegitimidade para ter a vossa verdade. -----

Ora não é a verdade, é a sua verdade. A cada um a sua verdade. E, de facto, deixe-me dizer-lhe, que quando os factos mudam, no mínimo temos de avaliar as posições e os factos, de facto, mudaram ou então, meter no saco o IRS não faz sentido nenhum àqueles argumentos nacionais que trouxe e os argumentos nacionais para aqui não têm substância. -----

A maior carga fiscal senhor presidente? é a primeira vez que ouço dizer que tem a maior carga fiscal. Afinal, não aumentou nada em relação ao ano passado, onde é que está o aumento da carga fiscal. Eu percebo o que quer dizer. É evidente que toda a gente, aqui na sala, percebe o que estava a dizer e do que não estou a falar, mas de facto, quando os factos mudam, nós devemos, pelo menos, rever as nossas posições e já lá irei, porque está aqui um ponto prévio importante. -----

Foram as receitas próprias, um dos elementos centrais do orçamento municipal, que ouvimos, na última discussão do orçamento. O PSD atirava-se quando as receitas próprias eram escassas “você não têm receitas próprias”. -----

As receitas próprias vão-se buscar aos impostos municipais e às taxas. De facto, se tivéssemos uma malha urbana onde vivessem trezentos mil pessoas, com o IMI a crescer como nalguns concelhos urbanos, era um mimo. Também tínhamos outros encargos, é certo! -----

Mas vamos lá ver, alguns factos que mudaram.-----

Em relação ao IRS, sabemos nós, a nível nacional, mais de mil milhões. Nós sentimo-lo todos mas há outras coisas, mantém-se a bonificação de 3% e, contrariamente ao que diz, os mais beneficiados são os que ganham mais e os que descontam mais e que devem continuar a descontar para aqueles que mais necessitam. -----

Mantém-se a mesma percentagem nos impostos.-----

A atividade económica no nosso concelho não aumentou o dinamismo nos nossos restaurantes e das nossas lojas? A atividade não é visível? -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Outro indicador importante, também visível, é a melhoria do emprego. Há mão de obra disponível no concelho? Provavelmente o de longa duração, o de baixa qualificação, mas a taxa de desemprego é baixíssima. Mais outro indicador substantivo, a melhoria do nível remuneratório. Falemos só do salário mínimo, não aumentou? Isto para sustentar que os impostos e as taxas propostas por este executivo são essenciais para fazer os tais caminhos de que falávamos. Se calhar até para fazer isso, mas mais, outra coisa importante, porque é importante o domínio de solidariedade que está inscrito na matriz de propor estas taxas, esta percentagem de impostos relativamente ao IMI, relativamente à taxa de retenção de IRS e relativamente à derrama, continua a ser necessário redistribuir que é uma palavra de que não gostam, e dizem-se sociais democratas. Não gostam desta palavra, redistribuir. É essencial redistribuir e orgulhámo-nos dessa dimensão porque também temos dimensão social democrata e socialista. Orgulhámo-nos de redistribuir e de redistribuir em duas dimensões importantes, naquilo que foi sempre importante fazer e parece que cada vez é menos, lutam pela redução da pobreza, mas mais, agora numa outra dimensão, redistribuir pela via da integração.-----

Eu tenho observado quantos imigrantes chegam ao nosso concelho. Sei que, para muitos, a necessidade de integração tem necessidade desta redistribuição. Não para que eles não façam nada, porque a reintegração pode ter necessidade de ter, substantivamente, algum apoio económico, mas, tem sobretudo a ver com a necessidade que também temos de acolher para fixar, e fixar para termos mais mão de obra, para termos mais empregos e responder às necessidades e exigências que o tecido económico necessariamente tem. -----

**José Augusto Sousa (PSD):** gostaria de discutir o ponto 2, 3 e 4, que têm motivações diferentes. No IRS o desconto não é 3%, mas de 2%. Vamos cobrar 3% e podíamos cobrar 5%, mas também podíamos cobrar zero. Neste ponto, há uma matriz ideológica do PSD de defender a redução do IRS e de facto, ele beneficia mais a classe média. Ora, não é para confundir com o IMI e bem sei que deve estar distraído, como já disse, não está habituado a tanta confrontação. É preciso confrontar os dados corretos. Até me deu os parabéns pela maior confrontação que tem havido. -----  
Portanto, uma coisa, é a redução de IRS, de a proposta do PSD beneficiar a classe média, porque a classe mais baixa já está isenta há muito tempo, desde a implementação do código do IRS. O montante da isenção devia ser mais elevado, esperemos que alguém consiga fazê-lo nos próximos anos. Neste momento, há já um significativo conjunto de população que não paga IRS, sendo que 80% da receita cobrada de IRS é paga por 20% da população. De facto, a redução a zero beneficia mais a classe média e média alta, mas a média alta também é aquela que, marginalmente, consome mais e, portanto, o efeito do consumo local também poderia ser atenuado, mas não vou discutir isso, porque, olhando estritamente, a questão beneficia e o senhor não se pronunciou. Em relação ao IMI, o caso é ao contrário porque as pessoas de mais baixo rendimento não estão isentas de IMI. Basta terem uma casa, seja ela qual for, para estar sujeita a IMI.-----  
Ora, se queremos apoiar a natalidade, este é um dos efeitos das medidas que pode ser visada.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Eu usá-la-ia e admito que, no conjunto das reuniões da Câmara Municipal, ninguém se tenha apercebido da possibilidade desta alteração administrativa. Porque uma Câmara que se diz socialista, redistribuidora, que apoia os mais desfavorecidos, não usa esta medida, é um contrassenso.-----

Em relação ao IRS, é claro que em Coura, como na esmagadora maioria dos concelhos do Alto Minho, não há tecnicamente desemprego. Mas eu pergunto: se nós queremos captar quadros médios para o concelho, para virem dar força e aumentar a população que cá está, não seria uma vantagem oferecermos alguma coisa para que decidissem vir trabalhar para Coura, para as oportunidades de trabalhar que há e que vai haver? É só o emprego que conta, mas se Monção também não tem desemprego, Valença não tem desemprego, Viana não tem desemprego, porque é que vêm para Coura. Já sei, apoiamos mais na educação das crianças, é verdade. -----

As acessibilidades, que vamos ter daqui a 7/8 anos, nas próximas eleições, a seguir às outras, mas que venham, mais vale tarde do que nunca. -----

Ainda virá o ministro inaugurar uma folha da estrada porque já há três anos disseram que iam avançar. Portanto, sejamos claros, Coura tem de captar mais gente e não é vinagre que se apanham com moscas, que se capta mais gente. Têm de se usar todos os benefícios possíveis. Alguns estão feitos, alguns a Câmara tem feito, mas pode fazer mais. E é isso que eu proponho. Agora, aceitem ou não.-----

**Submetido à votação o ponto 2, foi deliberado, por maioria, com 26 votos a favor (23 do PS; 2 dos independentes e 1 do PCP) e com 2 votos contra do PSD (José Augusto Sousa e João Cunha), que apresentaram a declaração de voto a seguir transcrita, aprovar o lançamento de derrama para o ano de 2020. -----**

Declaração de voto: “Entendemos que a derrama é um imposto injusto, uma taxa injusta aplicada apenas às empresas e entendemos que se deve apoiar o maior número de investimentos”. -----

**No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.--**

### PARTICIPAÇÃO NO IRS

**Ponto nº 03 - Apreciação, discussão e votação de uma proposta da Câmara Municipal de fixação em três por cento da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município para vigorar no ano de 2020, nos termos do nº2 do artigoº 26º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro.-----**

**Foi deliberado, por maioria, com 26 votos a favor (23 do PS; 2 dos Independentes e 1 do PCP) e com 2 votos contra do PSD (José Augusto Sousa e João Cunha), com declaração de voto que se transcreve a seguir, aprovar a fixação em três por cento da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município para vigorar no ano de 2020. -----**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Declaração de voto: “entendemos que a redução no IRS deve ser de 5% e não de apenas 2%”. -----

**No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. --**

### **FIXAÇÃO DAS TAXAS DE IMPOSTO SOBRE IMÓVEIS (IMI)**

**Ponto nº 04 – Apreciação, discussão e votação de proposta da Câmara Municipal de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2020, em 0,33% para os prédios urbanos, nos termos do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI).-----**

**Presidente da Assembleia:** a mesa entende, uma vez que a presente proposta faz parte de um conjunto de propostas da Câmara, por à votação a presente proposta e, se o PSD assim o entender, poderá apresentar uma proposta de recomendação ou de sugestão que será votada por esta Assembleia, com recurso ao plenário conforme estipulado no ponto 4 do artigo 12 do Regimento. -----

**Vereador Tiago Cunha:** A explicação é relativamente simples e tem a ver com os prazos. É necessário que a Câmara Municipal proponha e que a Assembleia delibere e seja registado no sistema do fisco, por isso tem de ser aprovado em minuta até ao fim de determinado prazo. Se, porventura, admitíssemos a hipótese de não o fazer hoje, isso iria implicar que não se introduziria nada e geraria uma situação de limbo. -----

A questão que se coloca é o poder deliberativo da Assembleia que é intocado e o poder executivo da Câmara, que também não pode ser tocado. -----

Se se alterar a proposta aqui, significa que será a Assembleia a fazer a gestão corrente da Câmara e que vai controlar todas as despesas. Na prática, é exatamente isso que está a propor, mas, neste caso, eu não sendo um membro da Assembleia, estou aqui apenas como vereador, dou a minha opinião e farão como entenderem. -----

**José Augusto Sousa (PSD):** que há prazos para registar a proposta no sistema fiscal, mas nem todas as taxas e impostos têm os mesmos prazos. E o senhor vereador, que também é advogado, devia saber exatamente quais são. -----

Quer confundir a Assembleia de que passamos nós a gerir a Câmara. A proposta foi no sentido de retirar o ponto da ordem de trabalhos e de que a Câmara ponderasse, ou não, uma proposta de redução do IMI para as famílias courenses. -----

O PS tanto diz que vai propor o ponto à votação como diz que aceita uma proposta de recomendação. -----

**Foi deliberado, por maioria, com 26 votos a favor (23 do PS, 2 dos Independentes e 1 do PCP) e com 2 votos contra do PSD (José Augusto Sousa e João Cunha), aprovar a fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2020. -----**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Declaração de voto do PSD: “vota contra por entender que se deve aplicar a taxa mínima de IMI e, mais do que isso, por entender que se deve aplicar o previsto no artigo 112º do código de Imposto Municipal sobre Imóveis que indicia uma redução do IMI a cobrar às famílias lourenses, em função do número de filhos, podendo ir até uma redução de 70 euros por família. -----

**No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.--**

### FIXAÇÃO DE TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM

**Ponto nº 05 - Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da TMDP (taxa municipal de direitos de passagem), em 0,25% para o ano de 2020, que se transcreve: -----**

“Considerando o disposto no art.º 106.º da lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), que estabelece, no seu número 2, na sua redação atual: “Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) e à remuneração prevista no Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas que pertençam ao domínio público ou privativo das autarquias locais”, foi proposta a fixação, para o ano 2020, da TMDP (taxa municipal de direitos de passagem) em 0,25%. ---

**Presidente da Câmara:** é a oportunidade de cobrar algum imposto, neste caso, às empresas.-----

A nova lei determinou que a cobrança da taxa de direitos de passagem não pode onerar os consumidores. Continuamos a entender que devemos ir buscar impostos a quem cria riqueza senão entramos no domínio do misticismo ou da profecia que é, menos impostos, mais obras e isso, muitas vezes, não é possível. Temos de arrecadar receitas. Como já disse, para ser de esquerda é preciso receita. Pode ser pouco, mas são impostos cobrados às empresas de telecomunicações. -----

**Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a fixação de TMDP (taxa municipal de direitos de passagem), em 0,25% para o ano de 2020. -----**

**No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.--**

### INTERESSE MUNICIPAL DO PROJETO DE PERCURSO 3 ALDEIAS – CAMINHO DA MEMÓRIA

**Ponto nº 06 - Apreciação, discussão e votação de proposta da Câmara Municipal para reconhecimento de interesse municipal do projeto de “Percurso das 3 Aldeias – Caminho da Memória, que se transcreve: -----**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

<b>NOME PROMOTOR</b>	Município de Paredes de Coura
<b>NIFAP</b>	7376901
<b>TÍTULO OPERAÇÃO</b>	Percurso das 3 aldeias – Caminho da Memória
<b>MEDIDA</b>	10 LEADER
<b>OPERAÇÃO</b>	10.2.1.6 RENOVAÇÃO DE ALDEIAS

“Considerando: -----

1.O projeto *Percurso das 3 aldeias – Caminho da Memória* candidatado ao PDR 2020, Medida 10 LEADER - operação 10.2.1.6 renovação de aldeias, do DLBC/Rural Vale do Minho; -----

2.A notificação com decisão de aprovação condicionada, datada de 24-06-2019; -----

3.As condicionantes ao Termo de Aceitação como sendo a apresentação da Ata da Assembleia Municipal para reconhecimento de interesse para as populações ou para a economia local; -----

Propõe-se: -----

A apresentação do projeto em Assembleia Municipal como reconhecimento da sua elevada importância para Paredes de Coura, na medida em que permite a preservação, conservação e valorização do património local, paisagístico e ambiental na ótica do interesse coletivo com reconhecido interesse para as populações, economia e cultura das comunidades onde se insere (União de freguesias de Insalde e Porreiras). -----

Anexa-se parecer do organismo com aprovação condicionada da candidatura”. -----

**Vereador Tiago Cunha:** é um projeto que foi candidatado, prevê a ligação de três núcleos rurais muito característicos – Porreiras, Vilarinho e Reirigo – com a recuperação de antigos caminhos, fazendo pequenas intervenções no sentido de recuperar as características eminentemente rurais daqueles espaços. -----

A intenção aqui é a declaração de interesse municipal daquele espaço e do projeto em si, como uma forma de alavancar uma forma de financiamento, uma forma de o reforçar. -----

Acreditamos que esse é o caminho, o da criação de percursos e a valorização do que é característico, daquilo que é autêntico e, portanto, não temos dúvidas de que será do interesse de todos e de que será unânime o reconhecimento do interesse municipal daquele espaço. -----

**João Cunha (PSD):** relativamente ao ponto em questão, acho de louvar este tipo de iniciativas e o PSD apoia e apoiará todas elas. Quando se trata de beneficiações, com apoios comunitários, para a preservação do património é de apoiar, mas ao mesmo tempo entra, talvez, em conflito relativamente à preservação dos muros tradicionais em pedra e dos socacos que nós temos e não sei se isso está patente neste projeto e acredito que sim, porque a preservação do património morfológico, cultural que nós temos acho que deve ser preservado. -----

Quero chegar com isto às medidas que o ICNF pretende tomar na preservação do lobo. É que é o próprio ICNF a pedir que os agricultores implementem outro tipo de proteções relativamente aos seus campos que em nada vai preservar e isto é um paradoxo mas tudo bem, com certeza merece a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atenção devida da parte da Câmara, como das juntas, porque os agricultores têm de ser defendidos cada vez mais porque tal como disse, em determinada Assembleia, quando alguém dizia que o lobo tem uma vida difícil, os agricultores também têm uma vida muito difícil e o que nós temos tido e assistido durante todo este tempo é rebanhos devastados, e nem sempre, pelo lobo, porque aquilo que vemos são meia dúzia de lobos, o resto são cães assilvestrados, cheios de fome.-----

Relativamente aos caminhos de Santiago, quando tenho ouvido alguns peregrinos dizer que relativamente aos marcos e aos pontos de água ou às fontes naturais, que o Município, não só este como outros, deveria fazer mais, porque chegam ao outro lado da fronteira e verificam por parte do Governo Espanhol e do Governo da Galiza, onde têm feito um trabalho de cativação e de potenciação desse turismo, e o nosso concelho tem muito a ganhar com este tipo de turismo. Mais poderia ser feito, inclusivamente, na análise à água das fontes tradicionais. Eu sei que iria abrir o precedente em todos os fontanários públicos do concelho, mas acho que a água e os fontanários tradicionais mereciam essa aposta da nossa parte, a água principalmente. -----

**Presidente da Câmara:** Se há uma coisa que este executivo tem, é não ter medo de tomar medidas impopulares. Em relação ao lobo, estão aqui pessoas de Agualonga que assistiram a uma sessão de esclarecimento no Centro Cultural e algumas dessas pessoas - e não deixam de ser pessoas que nos respeitam e que nós respeitamos - ficaram descontentes. -----

A Câmara apenas procura que se evite a extinção de uma espécie que pode dar uma imagem do território. Esta Câmara sabe que o lobo não se alimenta apenas de animais selvagens, chega, muitas vezes, às casas das pessoas e como disse, e muito bem, o membro João Cunha isso causa problemas aos agricultores, mas o projeto do lobo ainda não acabou. -----

Agradecia é que as pessoas que agora fazem aqui afirmações, e podem fazê-las com toda a liberdade, também participem nas sessões, porque o vosso contributo é bom. Se participassem nas sessões, saberiam que o projeto não acabou, o projeto está a começar. Depois da fase de eliminar a carga negativa que o lobo deixou nos criadores de gado, nas pessoas que têm animais e que tiveram vários prejuízos, vamos para outra fase e, a seguir, as pessoas farão a avaliação do nosso trabalho.-----

O que a Câmara Municipal diz aos senhores do ICNF ou à tutela, porque este assunto nem era nosso, é que os poucos rebanhos que existem nas aldeias servem para que as pessoas tenham rendimento e até façam o serviço de manutenção da paisagem e, por isso, é necessário ajudá-las. Por isso, celebramos um protocolo com a Associação Vessadas no sentido dessa associação ser apoiada para ter um rebanho que, em caso de ataque, sirva para repor as ovelhas que foram mortas pelo lobo. Estamos aqui para ajudar as pessoas.-----

É evidente que, se o projeto acabasse aqui, as pessoas ficariam a pensar que nós só nos preocupamos com o lobo, que quisemos fazer marketing e publicidade. E o ICNF também já percebeu, e foi preciso virem a Paredes de Coura muitas vezes para constatarem que a razão não estava do lado deles e que, obviamente, se tivessem um rebanho, verificavam que os mecanismos de indemnização são confusos, burocráticos, demorados, labirínticos. Compreende-se o descontentamento, que muitas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das pessoas de Aqualonga que aqui estão sentiram. Podem ter a certeza de que nós vamos estar do lado das pessoas que sofrem prejuízos e, como disse o membro João Cunha, temos de estar do lado das pessoas. Estamos do lado das pessoas, mas apoiar as pessoas também significa a preservação de uma espécie com a conveniente e justa compensação pelos prejuízos. -----

Irão verificar que estamos do vosso lado, mas têm de dar-nos o benefício da dúvida e esperar, porque as candidaturas também demoram. Irão perceber que o projeto que começou ainda está no início e as verdadeiras medidas, que interessam aos criadores de gado, aos pastores e aos donos vão acontecer. Ninguém foge. Nós temos coragem e assumimos. -----

Quanto ao assunto em questão, trata-se de reconhecer o interesse municipal do projeto para candidatura. Isto vai ao encontro das expectativas de quem fez sugestões ou críticas, de como melhorar o caminho de Santiago, como temos vindo a fazer. Sabemos que, nesta área do concelho, o caminho de Santiago é um meio de sustentação económica e nós estamos atentos para cuidar do caminho. ----

**Submetido à votação, o ponto nº6 de reconhecimento de interesse municipal do projeto de “Percurso das 3 Aldeias – Caminho da Memória, foi aprovado, por unanimidade.-----**

**No termo desta discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.-----**

## RECUSA DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS JUNTAS/UNIÕES DE FREGUESIAS PARA 2019 E 2020

**Ponto nº 07 - Apreciação, discussão e votação de proposta da Câmara Municipal de recusa de transferência de competências para as juntas/uniões de freguesias, preconizadas no Decreto-Lei nº 57/2019, que se transcreve: -----**

*“Em cumprimento do previsto no nº 3 e nº 4 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de abril e posterior declaração de retificação nº 21/2019 de 16 de maio, verifica-se que: -----*

*a Câmara Municipal de Paredes de Coura mantém acordos de execução de delegação de competências com todas as juntas de freguesia do concelho, celebrados para o período entre 01-01-2018 e 01-01-2020, aprovados pela Assembleia Municipal em sessão de 15-12-2017; -----*

*estes acordos incidem sobre algumas das competências definidas no diploma, criteriosamente negociados com as juntas de freguesia e que foram celebrados para um período de quatro anos, dotando-se as Junta de Freguesia das condições materiais e humanas necessárias para o efeito durante esse período; -----*

*das reuniões com as juntas de freguesia e do trabalho prévio resultou o reconhecimento das Juntas de Freguesia de que não existiam condições para tomar uma decisão de aceitação das novas competências – que vão além das constantes no acordo de execução de delegação de competências. Por um lado, porque se verifica a inexistência e indisponibilidade de meios técnicos e humanos necessários para o exercício da maioria das competências preconizadas (além das já objeto de acordo de execução de delegação) e, por outro lado, porque a transferências das competências que excedem*

MANDATO DE 2017 A 2021



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*as já acordadas, atendendo à pequena dimensão das freguesias, iria implicar a duplicação de recursos e custos; -----*

*o reconhecimento mútuo de que o interesse público ficaria mais acautelado pela recusa na transferência de competências que vão além das já objeto de acordo de execução de delegação, foi consensualizado que o Município mantivesse no seu âmbito de intervenção as competências que por força da lei se pretende agora serem delegadas. -----*

*Neste contexto, as juntas/uniões de freguesias do concelho: Agualonga, Castanheira, Coura; Cunha, Infesta Mozelos, Padornelo, Parada, Rubiães, Romarigães, Vascões, Bico/Cristelo, Cossourado/Linhares, Formariz/Ferreira Insalde/Porreiras e Paredes de Coura e Resende, apresentaram pareceres positivos à proposta consensualizada com o Município de Paredes de Coura, depois de notificadas nos termos do artigo 2º do referido Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril no sentido de recusarem a transferência das competências referidas, que acompanham esta proposta que se submete à apreciação da Câmara Municipal para posterior deliberação da Assembleia Municipal de manter no âmbito de intervenção do município as competências preconizadas no nº 1 do referido artigo 2.º do referido diploma legal, na medida em que reconhecem inexistência e indisponibilidade de meios técnicos e humanos necessários ao exercício da maioria das competências em causa. -----*

*Foi deliberado, por unanimidade a provar a proposta transcrita de recusa de transferência de competências para as juntas/uniões de freguesia, preconizadas no Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril e submete-la à apreciação e votação da Assembleia Municipal.” -----*

*Os pontos 7, 8 e 9 foram discutidos em conjunto.-----*

### **RECUSA DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICIPIO PARA O ANO DE 2020**

**Ponto nº 08- Apreciação, discussão e votação de proposta da Câmara Municipal de não aceitação de transferência de competências para o Município de Paredes de Coura, para o ano de 2020, ao abrigo da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto e respetivos diplomas setoriais, já recusadas para o ano de 2019, que se transcreve: -----**

*“Considerando as deliberações da Câmara Municipal em reunião de 16-01-2019 e da Assembleia Municipal em sessão extraordinária de 28-01-2019, de não exercer as competências, de âmbito municipal, para o ano de 2019, previstas nos: -----*

*Decreto-Lei nº 98/2018, de 27 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos, ao abrigo do artigo 28º da lei nº 50/2018, de 16 de agosto; -----*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Decreto-Lei nº 100/2018, de 28 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação, ao abrigo dos nºs 1 e 2 do artigo 21º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto;-----*

*Decreto-Lei nº 107/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público, ao abrigo do artigo 27º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto. -----*

*e em reunião da Câmara municipal de 13-02-2019 e da sessão da Assembleia Municipal de 15-02-2019, de não exercer a competência prevista no: -----*

*Decreto-Lei nº 20/2019, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio de proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos, publicado em 30 de janeiro e que entrou em vigor no dia 31 de janeiro de 2019: -----*

*Considerando que não se alteraram os pressupostos e informações técnicas que sustentaram a fundamentação das deliberações dos órgãos autárquicos relativamente ao ano de 2019, propõe-se para o ano de 2020 a não aceitação das competências com a mesma fundamentação. -----*

*Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta transcrita de recusa de transferência de competências para o Município de Paredes de Coura, para o ano de 2020, ao abrigo da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto e respetivos diplomas setoriais, no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos, ao abrigo do artigo 28º da lei nº 50/2018, de 16 de agosto; no domínio das vias de comunicação, ao abrigo dos nºs 1 e 2 do artigo 21º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto; no domínio do estacionamento público, ao abrigo do artigo 27º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto e submete-la à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----*

*Os pontos 7, 8 e 9 foram discutidos em conjunto.-----*

### **RECUSA DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO, NO DOMÍNIO DA SAÚDE**

**Ponto nº 09 – Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal sobre recusa de transferência de competências para a autarquia, no domínio da saúde, que se transcreve. ----**

*O Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde, publicado em 30 de janeiro e que entrou em vigor no dia 31 de janeiro de 2019. -----*

*O artigo 2º, do referido Decreto-Lei nº 23/2019, consagra a transferência para os órgãos municipais das seguintes competências: -----*

*a). Participação no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção;-----*





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

b). *Gestão, manutenção e conservação de outros equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários; -----*

c). *Gestão dos trabalhadores, inseridos na carreira de assistente operacional, das unidades funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) que integram o Serviço Nacional de Saúde (SNS); ---*

d) *Gestão dos serviços de apoio logístico das unidades funcionais dos ACES que integram o SNS; ----*

e) *Parceria estratégica nos programas de prevenção da doença, com especial incidência na promoção de estilos de vida saudáveis e de envelhecimento ativo. -----*

*O Decreto Lei 28/2008, de 22 de fevereiro, na sua redação atualizada, consagra o regime de criação, estruturação e funcionamento de centros de saúde do SNS. -----*

*Por seu turno a Portaria nº 273/2009, de 18 de março, identifica os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) do norte. Considerando ambos os diplomas, verifica-se que no caso do distrito de Viana do Castelo não existe qualquer ACES e, conseqüentemente, não existe ACES no município de Paredes de Coura, conclui-se não haver lugar às transferências indicadas nas alíneas c) Gestão dos trabalhadores, inseridos na carreira de assistente operacional, das unidades funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) que integram o Serviço Nacional de Saúde (SNS); e d) Gestão dos serviços de apoio logístico das unidades funcionais dos ACES que integram o SNS, do artigo 2º do DL nº 23/2019, de 30 de janeiro. -----*

*Quanto às transferências referidas nas alíneas a), b) e e), designadamente. a) Participação no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção; b) Gestão, manutenção e conservação de outros equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários; e e) Parceria estratégica nos programas de prevenção da doença, com especial incidência na promoção de estilos de vida saudáveis e de envelhecimento ativo, confirma-se que no mapa de encargos anuais com as competências descentralizadas no setor da saúde, publicado no Despacho nº 6541-B/2019 dos Gabinetes dos secretários de estado do Orçamento, das Autarquia Locais e Adjunto e da Saúde, Diário da República nº 137, em 19-07-2019, não são indicados quaisquer montantes a transferir para o município de Paredes de Coura, nem a listagem de imóveis afetos aos cuidados de saúde primários, para os anos de 2019 e 2020. -----*

*Neste contexto de ausência de conhecimento de condições concretas e envelope financeiro, propõe-se que a Câmara Municipal, relativamente à presente competência municipal, delibere propor à Assembleia Municipal que, relativamente aos anos de 2019 e 2020, o Município de Paredes de Coura recuse exercer as competências no domínio da Saúde. -----*

*Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta transcrita de recusa de transferência de competências para o Município de Paredes de Coura, para os anos de 2019 e 2020, no domínio da saúde prevista no Decreto-Lei nº 23/2019, publicado em 30 de janeiro e que entrou em vigor no dia 31 de janeiro de 2019, ao abrigo do artigo 24º da lei nº 50/2018, de 16 de agosto e submetê-la à apreciação e votação da Assembleia Municipal”. -----*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Presidente da Câmara:** quanto à transferência de competências para os municípios, a maior parte dos municípios do PSD rejeitou, de forma absoluta, todas as competências e, por vezes, concordamos porque o quadro, em algumas áreas, é dúbio. Dando um exemplo muito concreto, nós já temos competências transferidas nas freguesias com um envelope financeiro. É evidente que os presidentes da junta, muitas vezes, queixam-se que as transferências são pequenas e, no caso das limpezas, as freguesias gastam muito mais dinheiro do que o transferido. No entanto, muitas das competências que são agora propostas na transferência para as juntas nem têm cabimento. Relativamente às queimadas, que seriam as juntas a gerir, seria necessário terem um gabinete técnico florestal para dar pareceres e acompanhar os processos.-----

Quanto ao ponto 8, trata-se das competências já recusadas para o ano de 2019, em Assembleia Municipal. E o ponto 9 refere-se a transferências no domínio da saúde. Pretendem que os funcionários do Centro de Saúde e as obras de manutenção do edifício fiquem a cargo do Município, sem o adequado envelope financeiro. Neste aspeto, também concordamos com o PSD quando defende que a transferência de competências deveria ser feita num quadro de maior objetividade com os correspondentes recursos financeiros.-----

**José Augusto Sousa (PSD):** sei que alguns autarcas do PSD também recusam a transferência de competências. Foi uma lei, no âmbito do apelo do senhor Presidente da República, que a seguir foi negociada entre o PS e o PSD.-----

Por princípio defendo a transferência de competências, como já votei a favor, noutras circunstâncias, quando foi da transferência das competências da escola.-----

Entendo que por muito pouca capacidade, e não é no caso de Moura, que estar mais perto da população é sempre mais fácil, prestar-lhe o melhor serviço. Este é o meu princípio e é o princípio de sempre do PSD, descentralizar. É verdade que não chega só dar-lhe as competências, mas entendo que a nossa deliberação deveria ser ligeiramente diferente que a simples recusa. No meu entendimento, a Assembleia Municipal deveria deixar a porta aberta para que, se houver a competente transferência de recursos, aceitemos a transferência de competências. A Assembleia Municipal deveria deliberar no sentido de aceitar as competências, mas suportado no competente envelope financeiro. Nestes termos, estamos disponíveis para aceitá-las.-----

**Manuel Monteiro (PS):** É evidente que estamos de acordo. Os pressupostos de não aceitação eram esses: da transferência do competente envelope financeiro. Sei que não está lá plasmado. Porque o *know how* pode estar instalado e, se não está, é transferido e está muito mais perto da população e, por isso, por princípio, subscrevemo-lo. Com essas recomendações, não temos nada a opor que vá, em forma de declaração de voto conjunta, como entenderem.-----

**Celina Sousa (PCP/PEV):** Apesar de, como já referi, em Assembleias anteriores, ser contra a transferência de competências, e já deixei isso sublinhado pelo princípio de não concordar com a





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

transferência de competências como está a ser feita, independentemente do envelope financeiro que esteja associado, por entender que este assunto tem de ser um pouco mais abrangente e ir ao encontro, especificamente da regionalização que a CDU tem defendido, há já bastantes anos. E, nesse sentido, deveria ser feita a passagem de competências e não apenas refazer a recusa baseada num envelope financeiro.-----

**Os pontos 7, 8 e 9, foram submetidos à votação e foram aprovados, por unanimidade, com declaração de voto que a seguir se transcreve. -----**

*“Os grupos municipais do PS e do PSD votaram favoravelmente a proposta apresentada, contudo a posição serve de aceitação caso a transferência de competências fosse acompanhada de equilibrado pacote financeiro que também fosse aceite pela Câmara Municipal” -----*

**No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar os pontos 7, 8 e 9 da ata, em minuta.-----**

**Foi deliberado, por unanimidade, prolongar os trabalhos para além da meia noite.-----**

### **2º REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, DA DESPESA E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2019**

**Ponto nº 10 - Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 2ª Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2019. -----**

A presente revisão no valor de € 45 000,00, conforme mapas em anexo, que ficam a fazer parte integrante desta ata, destina-se a: -----

1. discriminação do projeto de “Percurso das 3 Aldeias – Caminho da Memória”, conforme solicitado pela entidade financiadora. -----
2. Aquisição de cadeira de dentista, conforme protocolo de cooperação entre a Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE e esta Câmara Municipal de Paredes de Coura, aprovado em reunião do executivo de 21-08-2019.-----

Presidente da Câmara: explicou que a revisão em questão era destinada a enquadrar a cativação das despesas relacionada com o percurso o “Percurso das 3 Aldeias – Caminho da Memória” e com a aquisição de cadeira de dentista, a instalar no Centro de Saúde de Paredes de Coura. -----

**Submetida à votação, a 2ª Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2019, foi aprovada, por unanimidade. -----**

**No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.--**

### **ALTERAÇÃO AO PDM**

**Ponto n.º 11 - Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração ao PDM de Paredes de Coura. -----**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Presidente da Câmara:** passou a palavra ao vereador Tiago Cunha, para o enquadramento jurídico da retirada do assunto da ordem de trabalhos. -----

**Vereador Tiago Cunha:** A questão prende-se, essencialmente, com a demora da conferência procedimental. Existe uma reunião que decorre junto da CCDRN em que têm de estar representadas todas as instituições do Estado e tem de haver um parecer vertido nessa comissão que, por sua vez, iria à Câmara e à Assembleia Municipal e não seria em tempo útil, uma vez que essa conferência procedimental foi marcada mais recentemente, durante o final da semana passada. -----

Além disso, a ata levou mais uns dias a ser enviada. Não seria útil nem seria possível remeter com a antecedência necessária os documentos à Assembleia para aprovação. -----

E sendo assim, esta alteração que é tão importante tem a ver com a reconfiguração da zona industrial, para possibilitar a ampliação em mais cinco hectares, fundamentais para um investimento de mais 1,8 milhões de euros, não tendo sido possível que os documentos tenham sido enviados com a antecedência necessária a esta Assembleia, será necessário convocar uma sessão extraordinária anterior ao dia 25 de outubro. -----

No fundo este adiamento, ou seja, esta retirada do ponto da ordem de trabalhos, é um facto que gostaríamos que não acontecesse, mas que é fundamental para cumprir os prazos legais. -----

**Presidente da Câmara:** Antes do dia 25 de outubro porque é o último dia da candidatura, aberta por aviso da CCDRN, que tem a ver com o acolhimento das áreas empresariais e com a expansão das zonas industriais. -----

**Vereador Tiago Cunha:** O projeto da zona industrial depois de já existir há muitos anos, só foi sujeito a avaliação de impacto ambiental em 2016. Essa avaliação foi mais do que ponderada, o processo demorou mais ou menos um ano e, mesmo assim, foi em tempo recorde, tendo sido emitida a declaração de impacto ambiental. -----

O que está em causa é uma ampliação que, se ficasse abaixo dos 20% por cento, estava dispensada de qualquer tipo de avaliação. -----

O facto é que, mesmo nessas circunstâncias, decidimos em articulação com a CCDR-N submeter a um procedimento que se chama “avaliação caso a caso”, ou seja, na realidade não submetemos a alteração do PDM a avaliação de impacto ambiental, mas vamos submeter o projeto de ampliação à avaliação de impacto ambiental e isso só é possível após a alteração do PDM. -----

Existem dois documentos posteriormente à deliberação que são o relatório de ponderação e o relatório de fundamentação, que dizem expressamente o que acabei de dizer e até remetem toda a documentação que tramita junto da CCDR-N. -----

A questão em si é que a deliberação tem este procedimento e foi o único documento que foi enviado aos membros porque a conferência procedimental deveria ocorrer dois dias depois e ocorreu quinze dias depois. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não foi possível remeter estes documentos, mas serão enviados para a próxima assembleia. De facto, faltava isso. No fundo estamos aqui a dizer que gostávamos que fosse muito mais fundamentado o ponto para que toda a gente o pudesse apreciar. -----

### ATUALIZAÇÃO/ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2019

**Ponto nº 12 - Apreciação, discussão e votação de proposta da Câmara Municipal para atualização/alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2019, que se transcreve: -----**

Atualização/alteração do mapa de pessoal – 2019 -----

Considerando: -----

- o disposto nos art.º 28.º e 29.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual; -----
- as situações de ausência temporária de alguns trabalhadores do Município, uns por doença prolongada e outros por mobilidade entre órgãos da administração pública, bem como as de saída definitiva, por aposentação e por consolidação da mobilidade entre órgãos; -----
- os trabalhadores admitidos na sequência dos procedimentos concursais de seleção entretanto concluídos; -----

Mostra-se necessária a atualização do mapa de pessoal para o presente ano, pelo que venho propor a esta Câmara Municipal que aprove e delibere submeter à apreciação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 4 do art.º 29.º da LTFP e da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a presente alteração/atualização do mapa de pessoal para o ano de 2019. -----

**Presidente da Câmara:** O município tem perdido vários quadros. Há ainda a situação precária do gabinete técnico florestal. Há o compromisso com os funcionários do município que queiram transitar por mobilidade para Águas do Alto Minho, SA, com a eminência de um quadro técnico ligado ao serviço SIG e Meio Ambiente transitar deixa o mapa em aberto. A presente alteração serve para preenchemos rapidamente esta lacuna.

**José Augusto Sousa (PSD):** Também entendo que há uma sobrecarga efetiva, nesta altura, sobre os trabalhadores do município e que é necessário, para além do rejuvenescimento, aumentar o número de quadros porque o tipo de serviço necessário que o município preste com qualidade, requer, de facto, o aumento do número de funcionários. -----

No mapa apresentado são trinta vagas que estão disponíveis. A única coisa que, obviamente, o PSD defende, e não quer dizer que não se faça, é que os concursos sejam de facto pela competência, fatores que nunca são demais repetir, porque nós reconhecemos a necessidade efetiva de aumento do número de funcionários. -----

**Manuel Monteiro (PS):** Eu também reconheço todos esses argumentos, até porque, sem menosprezo pela qualificação dos diversos trabalhadores, têm saído sobretudo técnicos superiores e, que hoje,



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

dentro das funções municipais, são essenciais, pois têm uma autonomia e capacidade de trabalho diferenciados. -----

Agora em relação à transparência dos concursos, parece que sempre foi assim. Só fiquei na dúvida por essa recomendação, porque a exigência da contratação pública, assim o obriga. -----

Aliás, ouve-se “lá vem mais um técnico que não é de Mourão”, é a velha questão, não é da terra, isso já não se usa. De qualquer maneira, se forem técnicos superiores do nosso concelho, tanto melhor, mas dentro daquilo que são as regras da contratação em funções públicas e que nem sempre são benéficas para aquilo que são os quadros dos nossos recursos humanos. -----

**Submetida a votação, a atualização/alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2019, foi aprovada por unanimidade.**-----

**No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. -**

## **LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS**

**Ponto nº 13 - Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 31-08-2019, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 16-11-2018, em cumprimento do estipulado na alínea c) do artigo 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. -----**

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

## **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Ponto n.º 14 - Intervenção do público.** -----

**----- Não houve intervenções**-----

## **ENCERRAMENTO**

**----- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente e pelas secretárias.**-----